

7 OUT 1986

Um foco de inquietude

FOLHA DE SÃO PAULO

MARIA VICTORIA BENEVIDES

Assemb. Const.

Hidra de grotescas cabeças, o golpismo brasileiro ressurgiu quando menos se espera. A convocação simultânea de eleições para os governos estaduais e para o Congresso constituinte foi, sem dúvida, um belo golpe. Aos donos do poder, e seus aliados de ocasião, só podia repugnar a idéia de uma Constituinte exclusiva, livre e soberana. Aparentemente, o golpe deu certo. No entanto, se é verdade que a campanha para governadores tem polarizado o interesse do eleitor, que permanece indiferente ou ignorante em relação à Constituinte, o feitiço pode virar contra o feitiço. Ou seja, temos bons motivos para acreditar que a escolha de deputados e senadores ainda desperte o interesse popular. Há tempo.

Senão, vejamos. Setores das classes dominantes, como as federações das indústrias e a famigerada UDR, estão muito bem articulados para elegerem uma numerosa bancada "em defesa do capitalismo". A revista "Veja" desta semana noticia as atividades altamente rendosas de uma nova entidade — Grupo Centro Empresarial de São Paulo — que reúne empresários nacionais e estrangeiros para financiar candidatos "dos grandes partidos, com exceção do PT", pois estão convencidos que "a livre iniciativa corre sérios riscos com a possibilidade de ser eleita uma Constituinte de esquerda". A contribuição mínima individual é de trezentas OTNs por mês. Não se trata de filantropia...

A lucidez dos conservadores, de notória "eficiência", identifica o perigo em qualquer mudança no regime que possa ameaçar seu poder e privilégios acumulados desde sempre. A democracia, para valer, já é vista como um risco seríssimo. E a "ameaça" parece-lhes, hoje, mais próxima. O primeiro choque, realmente inesperado, veio com os resultados da Comissão de Estudos Constitucionais nomeada pelo próprio governo. Seu anteprojeto foi considerado "estatizante" e "socializante", apesar da timidez em relação ao estatuto da propriedade, alvo crítico dos temores. As recentes declarações do Ministro Marco Maciel e de empresários reunidos em Guarujá (Folha, 05/10), são, igualmente, muito interessantes. Dentre as aflições empresariais destaca-se a do sr. Jorge Simeira Jacob, para

quem o Congresso constituinte representa "um foco de inquietude". Já o ilustre chefe da Casa Civil simplesmente "teme uma Carta não-liberal". Seria lícito imaginar que este acendrado amor pelo liberalismo signifique muito mais o desamor pela democracia. Isso nada teria de surpreendente, haja vista a constante distância entre liberalismo e democracia em toda a história brasileira. Distância, aliás, que muitos tenderiam a ver como um "equivoco", quando na verdade é característica "essencial" de nossa prática — e "pensamento" — políticos (e por falar nisso, o ministro da Justiça Paulo Brossard não se considera um liberal?).

Pois bem, se o anteprojeto da Comissão Arinos e se o Congresso constituinte, com todos os vícios de origem, têm provocado temores nos lá "de cima", então para os "de baixo" vale a pena lutar. Trata-se de recolocar a importância decisiva das eleições para o Congresso e retomar as questões cruciais que marcarão o debate constituinte (ver o andamento da coleta de assinaturas de compromisso com a plataforma mínima elaborada pelo Plenário Participação Popular na Constituinte). Para isso é preciso, também, que a sucessão governamental, obviamente importante, não seja mitificada como um jogo fatal de "vida e morte da democracia", o que termina por impor as armadilhas do voto útil, de aliança contra "o mal maior" etc, desqualificando-se as propostas partidárias e as identidades políticas (aliás, se por obra de cruel destino o candidato Maluf viesse a desaparecer, por acaso a democracia estaria salva e seríamos todos felizes para sempre?).

As "questões cruciais" para a Constituinte podem se resumir a uma expressão: mudança do regime. É arqui-sabido que empresários e militares podem até admitir certas "liberalidades" quanto aos direitos dos trabalhadores, mas não abdicam do direito sagrado e incondicional à propriedade, ou ao papel político das Forças Armadas. Os partidos ditos progressistas (ou "liberais") têm se mostrado hesitantes ou muito divididos — quando não francamente omissos — em relação a tais questões. O Partido dos Trabalhadores, apesar de inevitáveis divergências internas, é o único partido que em bloco, com unanimidade, se apresenta em oposição

ao regime (há, evidentemente, políticos em outros partidos que defendem propostas igualmente democráticas). Na campanha para a Constituinte tal oposição ao regime significa dar prioridade aos temas que efetivamente implicam em mudança para a democracia, como o estatuto da propriedade, rural e urbana; a organização da empresa; os meios de comunicação de massa; o direito de greve como liberdade fundamental; liberdade e autonomia sindical (ver os dois últimos artigos de Francisco Weffort, nesta página, sobre "Corporativismo e Democracia").

O PT tem condições para enfrentar esta luta e, assim, conseguir uma

vitória significativa com o crescimento de sua bancada no Congresso. Terá que mobilizar, além de suas bases, o eleitorado sensível a uma alternativa democrática que, partindo de críticas aos rumos desta transição conservadora apresente, propostas concretas. Para o governo e para a Constituinte, que já terá cumprido um importante papel se se tornar, realmente, um "foco de inquietudes" para as classes dominantes.

MARIA VICTORIA DE MESQUITA BENEVIDES, 44, é socióloga do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cadec) e professora da Faculdade de Educação da USP. É autora de "O Governo Kublischek" e "A UDN e o Udenismo".

ANC 88
 Pasta Outubro/86
 020